

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Folha de São Paulo*

Class.: 45

Data: 13.01.80

Pg.: 1

O outro lado do problema indígena

JOSÉ CALIXTO DE ALENCAR
(Correspondente)

GUIABA, MT — As constantes desapropriações de terras "de forma abusiva e arbitraria", decretadas pela Funai para a criação de reservas indígenas, criaram entre advogados, fazendeiros, empresários, políticos, com reflexos na própria população do município de Barra do Garças, a 600 quilômetros desta Capital, um clima de intensa revolta contra a política indigenista do Governo federal. Além de prejuízos incalculáveis, dezenas de famílias de ex-proprietários, hoje transformados em peões de fazenda ou simples favelados, passam por grandes dificuldades e já houve casos em que filhas de fazendeiros se transformaram em prostitutas para ajudar na manutenção do lar. Enquanto lutam por seus direitos, crescem as denúncias de tráfico de influência na Funai e até mesmo a venda de proteção por grupos de índios a determinadas fazendas.

Esse panorama — "o outro lado da política indigenista, que esconde escusos interesses da máfia chamada Funai", segundo denuncia o ex-proprietário de terras, José Vergetti, hoje motorista de táxi — foi mostrado esta semana pelo deputado Evaristo Roberto Cruz, PMDB-MT e vários advogados, entre os quais o presidente da subseção da OAB de Barra do Garças, Floresvaldo Flores Lopes e produtores rurais da região.

Mais de mil parcelas, fundiárias e empresárias foram afetadas pela desapropriação de um milhão e 200 mil hectares de terras, só na última década, para a criação ou ampliação de reservas indígenas — São Marcos, Koluene, Pimentel Barbosa, Areos, Merure, Couto Magalhães e a última, Parabubure. Essas desapropriações são na verdade, segundo os advogados de fazendeiros prejudicados, expropriações, "porque até hoje a Funai nunca indenizou ninguém, seja oferecendo outras terras, seja cobrindo os prejuízos com os financiamentos bancários e investimentos próprios".

Embora à primeira vista materializem seu ódio contra os índios xavantes que diariamente saem de suas aldeias para pegar alimentos, roupas e querosene na ajudância da Funai em Barra do Garças, ou quando falta dinheiro nesta, no próprio comércio, todos reconhecem que "no fundo o índio é um inocente útil nas mãos de interesses desonestos de uma cambulha de safados que não querem perder empregos, altamente remunerados, em seus gabinetes refrigerados de Brasília", conforme declara o advogado Floresvaldo Flores Lopes, descendente de índios karajás.

REFLEXOS NEGATIVOS

Para o deputado Roberto Cruz, eleito pelo MDB da região, os reflexos das decisões "arbitrárias e abusivas" da Funai são os piores possíveis para a economia do município de Barra do Garças que, no ano passado, foi o primeiro produtor de arroz sequeiro do País, com uma produção de cerca de 8 milhões de sacas. A cada ano, segundo dados levantados por ele, o município deixa de produzir no mínimo dois milhões de sacas de arroz em decorrência das desativações de lavouras.

Na maioria das desapropriações, a Funai simplesmente fica somente com as terras

mais férteis ou já beneficiadas. Foi o caso da fazenda Xavantina que de uma área de 110 mil hectares foram desapropriados justamente os 85 mil já beneficiados com projetos pecuários, agrícolas e fundiários".

Por outro lado, o advogado Flores Lopes destaca o aspecto social da problemática indígena, dizendo que "as desapropriações sequer servem aos silvicultores, pois estes querem a terra somente para caçar ou pescar e nelas não há mais caça nem pesca. Se o índio pede a terra de volta é porque ele pensa que, com ela, ele terá acesso a financiamentos bancários, o seu radinho de pilha, o seu óculos escuro. Mas isso é impossível, porque, na verdade, as terras são da Funai. O índio é, assim, um privilegiado inútil, estuprando a sua alma com esse sistema com que ele não se acostumará, pois ele não pode sair da era da pedra lascada para a era tecnológica".

PROSTITUIÇÃO

Durante 21 anos, Manoel Borges da Silva, o "Manoel Preto", 52 anos, 17 filhos (três mortos), trabalhou em sua fazenda de 2.305 hectares adquiridos da missão salesiana de Merure, através do pe. Bruno que os requereu em 1956 do governo do Estado. Em 15 de julho de 1976, no conflito que ficou conhecido como "Chacina do Merure", durante o qual morreram o pe. Rodolfo Lukenbein, o índio Simão e o filho de um fazendeiro, "Manoel Preto" perdeu tudo o que tinha: 2 mil covas de bananas, 3 mil pés de abacaxi, 3 mil pés de cana, 20 alqueires de pastagens, 1 alqueire de mamona e 2 de arroz. Apesar de possuir título definitivo e certidão negativa da Funai garantindo, para efeito de financiamento bancário, que as suas terras não eram habitadas por índios, Manoel Borges até hoje não recebeu qualquer tipo de indenização. Atualmente, depois de perder três filhos nos dois anos em que esteve preso por ter participado do conflito de Merure, a sua família vive em situação de extrema miséria, como faveladas à beira do rio Araguaia, enquanto ele trabalha como peão "sete dias por semana" numa fazenda da região. Três de suas filhas se prostituíram para ajudar no sustento da família, enquanto "Manoel Preto" passa meses no mato com vergonha de encarar novamente a cidade. "Para mim era Deus no céu e padre na terra. Hoje deixei de mão de ser católico", confessa ele, depois de andar 42 quilômetros, numa bicicleta, para visitar a família.

O CASO DOS IRMÃOS

Em 1972, os irmãos Pizzatto — Claudino, Heitor, Aadir Pedro e Benjamim, este último médico — venderam tudo o que possuíam em Chapacó, SC; adquiriram, em conjunto, um total de quase sete mil hectares de terras, compradas a terceiros — Carlos Soares Moreira e Alcides Moraes. Com a documentação legal e a certidão negativa da Funai, sem a qual o Banco do Brasil não concede financiamentos, os irmãos Pizzatto, com recursos próprios e bancários, implantaram um projeto agrário, onde, na safra passada,

colheram 55 mil sacas de arroz e na presente vão colher cerca de 80 mil sacas, no mínimo, uma vez que aumentou a área cultivada.

No último dia 21 de dezembro, foram surpreendidos com o decreto presidencial criando a reserva indígena Parabubure, englobando 5.500 hectares, "justamente os que já estavam cultivados". Agora de 6 colheitas, 9 tratores, 5 plantadeiras, 2 conjuntos de secadores, 40 grupos geradores, restam para os irmãos Pizzatto uma dívida de 25 milhões de cruzeiros junto ao Banco do Brasil, a ser saldada parceladamente até 88.

O caso da fazenda Xavantina é semelhante, só que em maiores proporções. Esta foi desapropriada, juntamente com a fazenda dos irmãos e mais 12 fazendas, pelo decreto 84.337, de 21 de dezembro de 1979, perdendo 85 mil hectares, "igualmente os mais férteis e já beneficiados com projetos agropecuários e inúmeros outros". Até 1974, a fazenda Xavantina pertenceu a um grupo de vários acionistas, entre os quais 40 norte-americanos e, segundo denúncias de várias fontes, o senador Jarbas Passarinho (fato desmentido por ele) e o atual governador do Paraná, Nei Braga.

Depois de consultar um corpo de advogados, que apreciaram a documentação e a possibilidade de afastar todos os demais acionistas e após declarar a viabilidade do negócio, a empresa paranaense Amurada Planejamento de Projetos de Engenharia SA., de Curitiba, adquiriu, por 23 milhões de cruzeiros, em 1974, a fazenda Xavantina, até então pertencente ao grupo Omoto que, por sua vez, se aliara a Ariosto da Riva, atual proprietário da Indeco, na execução de projetos agropecuários na área.

Segundo o administrador da fazenda Xavantina, advogado Mário Seara, os investimentos feitos pela Amurada alcançaram, até o último dia 31 de dezembro, a importância de 152 milhões de cruzeiros, aplicados em benfeitorias — 450 quilômetros de cerca de arame, com cinco fios, 350 quilômetros de estradas, mais de um quilômetro de pontes e pontilhões e serrarias —, em projetos pecuários — formação de pastagem para 6 mil cabeças de gado — e estrutura para a implantação de um projeto fundiário que prevê o assentamento de 120 colonos, equipamentos agrícolas e dois conjuntos de secadores e armazéns. "O valor de tudo isso e mais o valor da terra, corrigidos pelas ORTNs ascende a mais de 1 bilhão de cruzeiros".

O advogado Mário Seara não culpa os xavantes, que começaram a hostilizar a fazenda há cerca de dois anos, "mesmo porque são orientados a fazerem isso", mas o próprio governo que "age, sem conhecimento da realidade, no interesse de grupos desonestos enquadrados na própria Funai. A presença dos índios na área é questionada pelo administrador da fazenda, ao lembrar que "os xavantes foram trazidos para cá, por volta de 1961, por Ariosto da Riva, que, desta forma eliminou os conflitos entre os xavantes e a fazenda Suia-Missu, da qual era gerente".

DENÚNCIA

Esta denúncia foi confirmada, em entrevista coletiva a quatro jornalistas, pelo bispo de São Felix, da prelazia de São Felix do Araguaia, dom Pedro Casaldáliga, para quem "Ariosto da Riva é o maior marreiteiro de terras do Brasil". Dom Casaldáliga, além de revelar que Ariosto da Riva conseguiu escrituras de grandes extensões de terras em Mato Grosso, utilizando da cumplicidade de uma amante que trabalhava no Departamento de Terras do Estado, transportou os xavantes em aviões da Força Aérea Brasileira, matando 63 índios na viagem.

UMA MÁFIA

"A Funai é uma máfia. É a maior canalhice. Uma cambada de safados". Este desabafo foi feito pelo coronel Costa Cavalcanti, vinte dias antes de deixar o cargo de ministro do Interior e Justiça do governo Médici, segundo o ex-fazendeiro José Vergetti, ao lembrar do último encontro que manteve com o ministro.

"Pode botar tudo isso em seu jornal, pois já fiz vários depoimentos a respeito. O comandante do 58.º BIM (Batalhão de Infantaria Motorizada), coronel José Augusto César, tem uma fita gravada com as minhas denúncias."

Vergetti, hoje chofer de praça em Barra do Garças, diz ter denunciado ao coronel Costa Cavalcanti a desapropriação de seus 10 mil hectares de terras, englobados pela reserva xavante de Areões, estranhando o fato de que as fazendas "Só Gaúcho" (chamada também de "Dois Corações") e "Santa Maria", pertencentes a dois generais "um tal de general Cintra e Evandro", não terem sido acambarcadas pela reserva. Segundo o ex-fazendeiro, para chegar à sua fazenda a Funai deixou um corredor entre as duas fazendas, para não ficar muito na cara, beneficiando os dois generais citados.

José Vergetti, um alagoano que em 1969 vendeu tudo o que tinha para "criar melhor meus 9 filhos em Mato Grosso", diz que a reação do ex-ministro Costa Cavalcanti se deu no momento em que ele soube do fato acima. Desde aquela época, ele tenta recuperar as terras inutilmente, "mas pelo menos vou acumulando denúncias contra essa cambada de safados". Entre estas ele conta que para obter a certidão negativa da Funai, com a qual pleiteou financiamento bancário, teve que dar "dez mil cruzeiros a um tal de José Carlos e mais 20 mil cruzeiros para um funcionário do protocolo. Naquela época era muito dinheiro".

JURUNA

Na mesma fita que se encontra em poder do comandante do 58.º BIM, de Aragarças, gravada por um oficial do SNI, que ficou escondido num dos quartos da residência de José Vergetti, está registrado um episódio, ocorrido no dia 13 de novembro do ano passado, em que o cacique Mário Juruna, da reserva xavante de Namankurá, se ofereceu para "tirar" a fazenda "JK" da reserva de Areões, por 200 mil cruzeiros, a serem pagos parceladamente. José Vergetti de Siqueira pagou a primeira parcela de dez mil cruzeiros, com o cheque n.º 118.553, de 13/11/79, do Banco Bamerindus de Barra do Garças.